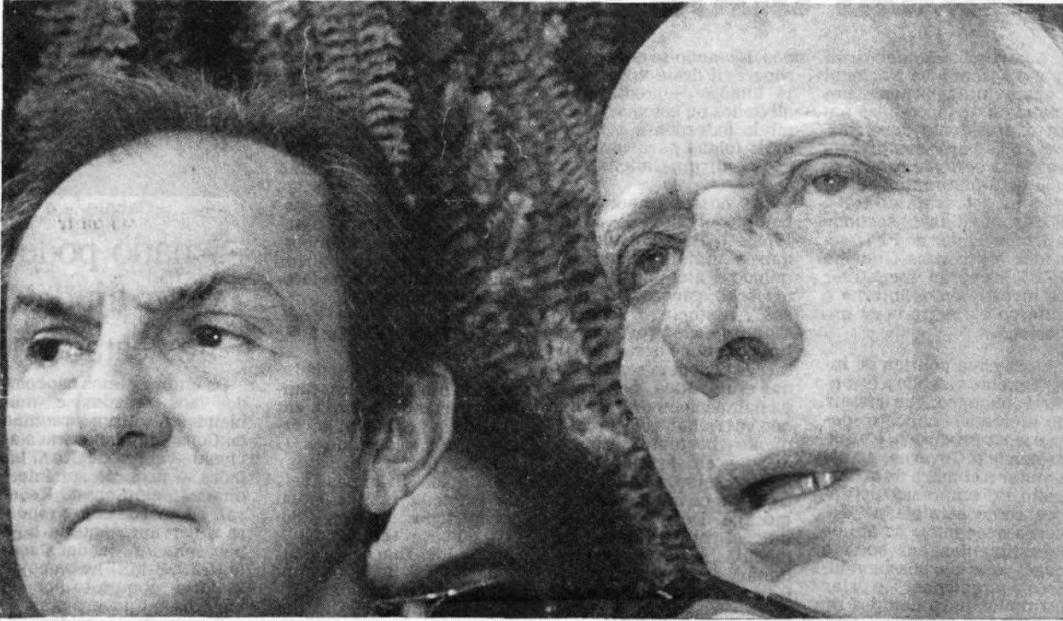


Planalto conta com 328 votos na reta final

Vantagem, anunciada por Costa Couto, teria sido ampliada com esforço extra do feriadão

GIVALDO BARBOSA



Bernardo Cabral e Ulysses Guimarães se reúnem para definir os critérios de votação do mandato

Mandato vai ser votado quinta, prevê o relator

O mandato do presidente José Sarney poder'á ser decidido na próxima quinta-feira. E essa é a opinião do deputado Bonifácio de Andrade (PDS-MG). Ontem, na casa de Ulysses Guimarães, o relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), manifestou a mesma opinião — isso só não acontecerá se não houver quorum. O número de parlamentares em plenário vai depender das conversações de hoje entre as diversas lideranças partidárias. O PMDB, do senador Mário Covas (SP), e as esquerdas devem continuar mantendo resistência à aprovação do texto básico do **Centrão** as disposições transitórias, por três motivos.

Primeiro porque não prevê o mandato do atual presidente. Outros pontos são a anistia para os militares e perdão da dívida dos pequenos e microempresários, contraída durante o Plano Cruzado. Ulysses Guimarães disse que não pode prever o dia da votação das Disposições Transitórias — o plenário é que tem soberania para isso. Garante, entretanto, que irá colocar a matéria para apreciação logo que terminar a votação do capítulo do Indio; o que poderá acontecer hoje ou amanhã.

Bonifácio, por sua vez, não acredita em procrastinação. Segundo ele o mandato será apreciado "com ou sem Sarney" no Brasil. Os defensores dos quatro anos devem fazer opção pela segunda hipótese. Já no primeiro artigo das Disposições Transitórias, quatro e cincoanistas estarão em disputa. Para ele existe uma emenda do senador Mansueto de Lavoura (PMDB-PE), com 317 assinaturas, prevendo eleições diretas para presidente 120 dias depois de promulgada a nova Constituição.

Se aprovada, essa emenda prejudica todas as outras referentes ao tema. Inclusive a do deputado Matheus Iensen, estabelecendo em cinco anos o mandato de Sarney.

CRITÉRIOS

Ontem pela manhã e parte da tarde, o relator Ca-

bral, o secretário da Câmara, Paulo Afonso e o deputado Adolfo Oliveira (PL-RJ), estiveram reunidos na casa de Ulysses. Trataram dos critérios técnicos e políticos que nortearão as votações do último apêndice da futura Constituição. Nessa fase não poderão ser apresentados os DVS — Destaque para Votação em Separado. Isso significa que, aprovado o texto base, qualquer emenda deverá obter 280 votos para ser aprovada.

Implica também que, aprovando o texto do **Centrão**, o plenário possa ser esvaziado impossibilitando a inclusão de qualquer dispositivo. Outra medida que ficou acertada é que os destaques serão apreciados artigo por artigo. Assim, sendo rejeitada a emenda de Mansueto, o mandato de Sarney — previsto no artigo 4º, é imediatamente votado, já que os artigos 2º e 3º, que tratam do parlamentarismo, estão prejudicados.

As emendas de conteúdo semelhante estão prejudicadas, por acordo de lideranças, as repetidas podem sofrer fusão. Se não houver entendimento em torno do texto básico e o plenário resolver rejeitar tanto o da Sistematização, quando a do **Centrão**, o relator poderá apresentar outro 24 horas depois de configurado o **buraco negro**.

O texto substitutivo também precisará de maioria absoluta para aprovação. Não conseguindo, estará formado o **buraco branco** — definitivo. A hipótese é considerada remota pelo relator. Segundo ele, o **Centrão**, cujo texto tem seu parecer favorável, conseguirá colocar 280 parlamentares no plenário ainda na quarta ou quinta-feira.

A reunião de ontem serviu também para que discutissem os princípios de votação do segundo turno. Para Cabral não deverá valer, nessa fase, emendas que suprimam palavras que mudem o sentido do texto. Ainda segundo Cabral, a Constituinte deverá encerrar seus trabalhos em meados de julho, propiciando aos parlamentares um recesso de meio de ano.

DILZE TEIXEIRA Da Editoria de Política

O Governo já não tem dúvidas de que a Constituinte vota esta semana — na quarta ou quinta-feira — a duração do mandato do presidente José Sarney. Durante todo este final de semana, prolongado em função do feriado de **Corpus Christi**, a equipe política do Governo concentrou seus esforços na **caça aos votos**, com o objetivo de aumentar a margem de vantagem dos votos pró cinco anos. "Valeu a pena o esforço, conseguimos aumentar nossa perspectiva de vitória para 328 votos e não temos dúvidas de que esta questão do mandato será definida esta semana", afirmou o ministro Ronaldo Costa Couto, do Gabinete Civil.

Desde a sexta-feira, Costa Couto vem desenvolvendo intensas negociações junto aos constituintes indecisos, que calcula, hoje, em torno de 11. Segundo ele, a situação é a seguinte: 328 constituintes comprometidos com os cinco anos, 220 que votam nos quatro — sendo que aí uma parcela mínima é pelos seis anos, e 11 indefinidos. Além das negociações para conseguir mais adesões para o seu lado, o ministro acompanhou todas as negociações que se processaram em torno do capítulo que trata do indio, o último a ser votado antes das disposições transitórias. "Pelo que estou sabendo, não há mais problema em relação a este ponto. A única questão é quanto à regulamentação do tratamento ao indio aculturado. Mesmo assim já há um acordo em andamento, que deverá ser formalizado nas próximas horas, remetendo o problema para a legislação ordinária", revelou Costa Couto.

A convicção que move o Ministro quanto ao fato de que os cinco anos é

uma tese que sairá vitoriosa — ainda esta semana, não é aleatória. Tem como base um profundo trabalho de avaliação, incluindo a que fez na última quinta-feira com o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães — na residência oficial do também presidente da Câmara e do PMDB — que contou com a participação do ministro da Ciência e Tecnologia, Luiz Henrique.

Costa Couto saiu deste encontro impressionado com "a clarividência e o equilíbrio" de Ulysses, que considerou "um grande homem público". Foi com base na conversa com o Presidente da Constituinte que o ministro-chefe do Gabinete Civil reforçou sua expectativa de "resolver esta semana" a duração do mandato de Sarney. Ulysses relatou os esforços que vem fazendo em relação aos acordos finais, e de sua disposição de iniciar logo a votação das disposições transitórias.

"Não há mais por que protelar os trabalhos, até porque toda a Nação espera ansiosa pela homologação da nova Constituição", disse-lhe o deputado.

Quanto a um provável conflito entre a emenda Matheus Iensen — que fixa em cinco anos o mandato de Sarney, consequentemente, em 15 de março de 1990, a posse do seu sucessor — e a parte permanente da Constituição, já aprovada, que estabelece a posse dos presidentes da República em 1º de janeiro do ano subsequente às eleições, Costa Couto, considerou:

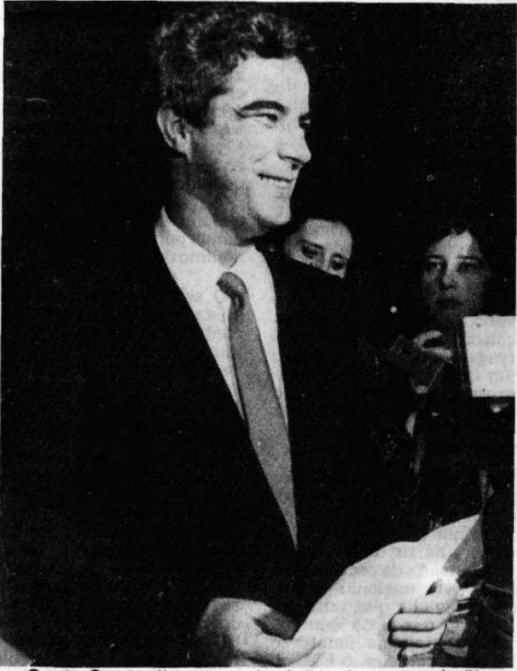
— Esta é uma questão que pode e será resolvida durante o segundo turno de votação da Constituinte. Será nesta etapa que os constituintes terão condições de compatibilizar todas as questões conflitantes. Como, por exemplo, no caso dos artigos 2º e 3º da parte permanente já aprovada, que pressupõem o parla-

mentarismo como regime de Governo.

Costa Couto negou que os trabalhos do líder do Governo no Senado, Saldanha Derzi (PMDB-MS), em busca de um consenso em torno da fusão das emendas Heráclito Fortes (PMDB-PI) e Saulo Queiroz (MS), estivessem sendo patrocinados pelo Governo. A fusão destas duas propostas resultaria no adiamento das eleições municipais para setembro do próximo ano, coincidindo com as eleições presidenciais. Neste caso, as posses — tanto dos prefeitos e vereadores vitoriosos, quanto a do sucessor de Sarney, seria em 1º de setembro de 1990.

— Ontem mesmo falei por telefone com o Saldanha Derzi, que negou estar trabalhando para reduzir o mandato do presidente Sarney. Textualmente, ele me disse, pedindo inclusive para que transmitisse isso ao Presidente: "Não aceito nem um minuto de redução dos cinco anos".

JULIO ALCANTARA



Costa Couto disse que decisão não passa de 5ª

Hoje, nova avaliação com Sarney

O presidente José Sarney convocou para hoje, às 12h, horário reservado paradespacho com o ministro-chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, Ronaldo Costa Couto, uma reunião com 12 ministros e os líderes do Governo. O objetivo do encontro: uma checagem geral da posição dos constituintes e da estratégia do Governo para votar a duração do mandato ainda esta semana.

A partir de hoje, e até o dia da votação do mandato, que deverá ocorrer, no máximo, nesta quinta-feira, o presidente Sarney promoverá esse tipo de reunião diariamente para conferir os votos do grupo cincoanista bem como sua estratégia para votação, com o cuidado, principalmente, de evitar ar-

tifícios regimentais que possam levar ao adiamento das disposições transitórias.

O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, está seguro de que até quinta-feira os constituintes votarão a duração do mandato de Sarney. Esta segurança, ele transmitiu ao Presidente, através de ligação telefônica que lhe fez na última sexta-feira. Na ocasião, o deputado transmitiu, inclusive, resultado de levantamento que fez indicando que a grande preponderância entre os constituintes é no sentido de aprovar os cinco anos.

Participarão dos trabalhos de avaliação, hoje, os ministros Ronaldo Costa Couto, do Gabinete Civil, Prisco Viana, da Habita-

ção, Urbanismo e Meio Ambiente, Antônio Carlos Magalhães, das Comunicações, Jader Barbalho, da Reforma Agrária, Borges da Silveira, da Saúde, Hugo Napoleão, da Educação, José Hugo Castelo Branco, da Indústria e do Comércio, Iris Rezende, da Agricultura, Vicente Fialho, da Irrigação, José Reinaldo, dos Transportes, e Ivan de Souza Mendes, do Serviço Nacional de Informações.

Além deles, participam os líderes Carlos Sant'Anna, do Governo na Câmara, Saldanha Derzi, no Senado, José Lourenço, do PFL na Câmara, Marcondes Gadelha, do PFL no Senado, e o ministro-chefe da Assessoria Especial da Presidência da República, Thales Rama-